



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

**PAPERS DO NAEA Nº 247**

**NOVA IMAGEM, NOVOS DISCURSOS PARA  
“REVITALIZAÇÃO” DO ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO, BELÉM**

**Jovenildo Cardoso Rodrigues**

**Belém, Outubro de 2009**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

### **Vice-reitor**

Horacio Schneider

### **Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Emmanuel Zagury Tourinho

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Armin Mathis

### **Diretor Adjunto**

Fábio Carlos da Silva

### **Coordenador de Comunicação e Difusão Científica**

Silvio Lima Figueiredo

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](http://Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 247

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# NOVA IMAGEM, NOVOS DISCURSOS PARA “REVITALIZAÇÃO” DO ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO, BELÉM

---

*Jovenildo Cardoso Rodrigues<sup>1</sup>*

## **Resumo:**

A cidade de Belém entre os anos de 1995 e 2006 constituiu-se em “laboratório” para experiências de gestão e (re) apropriação de espaços, empreendidas pelo Governo do Estado, visando inserir essa cidade num contexto de competitividade da economia mundial. Para tanto, adotou-se como paradigma de planificação, a “gestão estratégica de cidades”. Nesta estratégia, natureza, cultura e memória assumem importância central, como variáveis que permitiram (re)significações simbólicas, de maneira a dotar alguns fragmentos de espaços da área central da cidade, de imagens passíveis de serem consumidas por turistas, bem como, por grupos sociais que possuem demanda solvável. Nesse sentido, o presente artigo objetiva compreender alguns aspectos que permearam as estratégias de gestão e (re)apropriação de espaços públicos, vinculadas às práticas de “revitalização” do espaço São José Liberto, em Belém. A análise do espaço público se faz necessária, num momento em que a gestão estatal local empreende arremedos de cidade, em decorrência de práticas urbanísticas que tendem a promover o “coroamento” de estratégias segregacionistas, ao conceberem a periferia como “lugar fora das idéias” do planejamento estratégico.

**Palavras-chave:** Gestão estratégica. “Revitalização”. Espaço público. Belém. São José Liberto.

## **Abstract:**

The city of Belém from the years 1995 and 2006 was composed in "laboratory" experience for the management and (re) appropriation of spaces, undertaken by the State Government, to enter the city's competitiveness in a global economy. Thus, adopted as a paradigm of planning, the strategic management of cities. " This strategy, nature, culture and memory have central importance as variables that have (re) symbolic meanings, so as to provide some fragments of the central core of the city, pictures that can be consumed by tourists, and by groups social demands that have solvated. Accordingly, this article aims to understand some aspects that permeated the management strategies and (re) appropriation of public spaces, linked to the practices of "revitalization" of space of the São José Liberto, in Belém. The analysis of public space is necessary, at a time when the management State undertakes mockery of local city, due to urban practices that tend to promote the "crowning" of segregationist strategies, to develop the periphery as “place out of ideas” of strategic planning.

**Keywords:** Strategic management. "Revitalization. Public Space. Belém. São José Liberto.

---

<sup>1</sup>Geógrafo (UFPA) e Economista (UNAMA), Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – FIPAM/NAEA –UFPA, Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/NAEA – UFPA.

## INTRODUÇÃO

Belém, cidade múltipla em significados e contradições, produto e condição para a reprodução de uma lógica capitalista que busca consolidar-se no local a partir da concepção e disseminação de novas tendências urbanísticas globais. Sob influência de tais tendências instaurou-se na capital paraense a partir de meados dos anos de 1990, práticas de gestão e reapropriação de espaços baseadas em matrizes de planejamento que contribuíram para a reprodução de novas centralidades urbanas.

Nessas circunstâncias, fragmentos de espaços da área central<sup>2</sup> de Belém constituíram-se em objeto de intensas transformações promovidas por intermédio de práticas urbanísticas pautadas em uma lógica que impôs a “ideologia da competitividade” enquanto “necessidade” diante do padrão internacional.

Dentro desse contexto de reestruturação produtiva, sob o discurso de promoção do desenvolvimento regional; pautado no estímulo à indústria do turismo como veículo gerador de emprego e renda para a sociedade local; a gestão estadual empreendeu práticas de “revitalização” de áreas centrais da Grande Belém, dentre as quais, destacam-se o Espaço São José Liberto, o Complexo Feliz Luzitânia, a Estação das Docas, o Mangal das Garças.

A planificação adotada pelo Governo “Novo Pará” promoveu a reapropriação de fragmentos de espaços da área central de Belém, que foram dotados de novas imagens com vias a fortalecer no imaginário coletivo da população local, um “ideal de felicidade da cidade ribeirinha” revelada através do “resgate”, de uma cultura e de uma memória de um passado de “fausto” (RODRIGUES, 2007).

Com efeito, os elementos introdutórios enfatizados até aqui permitem que apresentemos o objetivo do presente artigo que consiste em analisar as estratégias de gestão e de reapropriação de espaços vinculadas às práticas de “revitalização”<sup>3</sup> do Espaço São José Liberto, em Belém.

## CENTRO, CENTRALIDADE E CENTRO HISTÓRICO TRADICIONAL

Entender os sentidos que permeiam as práticas de “revitalização” do espaço São José Liberto demanda reflexão acerca das estratégias de gestão e reapropriação de fragmentos de espaço do centro histórico de Belém por parte de diversos agentes sociais, dentre os quais, o governo estadual. Não obstante, a construção de olhares acerca de singularidades locais, requer um exercício dialético e nesse sentido, também de caráter epistemológico, com vias a se construir elementos teóricos que permitam subsidiar de maneira consistente uma análise mais compreensiva da *práxis* sócio-espacial em Belém. Diante disso, algumas definições de caráter conceitual se fazem necessárias: o que se entende por Centro, Centralidade e Centro Histórico Tradicional?

O Centro enquanto instrumento conceitual e ao mesmo tempo material que compõe a totalidade da cidade tem se constituído nas últimas décadas, em objeto de reflexão e de inúmeras

---

<sup>2</sup> Segundo Corrêa (1995), a área central compreende a fragmento de espaço da cidade capitalista, cuja configuração materializa-se a partir da composição de dois setores: de um lado, o núcleo central (*core*, *Central Business District*, ou CBD) e, de outro, a zona periférica do centro (*frame*, *zone in transition*, zona de obsolescência).

<sup>3</sup>A noção de “revitalização” aqui utilizada apresenta um caráter crítico e irônico, que visa promover a construção de um contra-discurso diante de práticas discursivas utilizadas por instrumentos *city marketing*, que tendem a promover legitimidade aos projetos de cidade concebidos e implementados pelo aparelho estatal.

controvérsias no campo acadêmico. Controvérsias estas que o presente artigo não pretende de forma alguma dirimir. Contudo, diante da necessidade de se estabelecer um caminho teórico-metodológico que permita promover reflexões acerca das singularidades locais, tais definições se fazem importantes.

A esse respeito, Villaça (2001) afirma que nenhuma área é ou não Centro, torna-se ou deixa de ser Centro. Neste sentido, a geometria espacial ilustra apenas uma parte da questão. Um outro elemento indispensável para a compreensão da natureza do Centro diz respeito ao movimento de organização e estruturação do espaço ao longo do tempo.

Villaça (2001) ressalta ainda que os Centros constituem-se enquanto tais a partir de uma construção articulada entre o Centro e outro par dialético importante, referindo-se à centralidade. Ainda neste sentido Villaça (2001) afirma que a centralidade enquanto processo espacial influencia decisivamente na produção do Centro, já que a mesma centralidade apresenta-se como elemento que possibilita dinamicidade ao Centro. Tal dinamicidade está associada a um grau maior ou menor de acessibilidade deste Centro, bem como a um valor de uso e a um valor simbólico atribuído ao mesmo.

Tourinho (2006) caracteriza o Centro como um espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas principalmente por seus aspectos simbólicos e formais que têm, na força de sua continuidade temporal e na permanência de seus aspectos coletivos, a capacidade de evocar uma imagem que o identifica enquanto espaço da Cidade.

Spósito (2001), por sua vez, promove uma reflexão importante acerca dos conceitos de Centro e Centralidade. Para Spósito (2001) o centro revela-se enquanto materialidade social porque se localiza em determinado território, ao passo que a Centralidade enquanto par dialeticamente articulado ao Centro desvela-se pelo movimento, pelos fluxos que este centro estabelece com outros centros ou mesmo com “não centros”.

Ainda para Tourinho (2006), a centralidade, enquanto qualidade do que é central, tornou-se ela própria medida, passando a identificar a aptidão que certos elementos urbanos têm para promover e impulsionar fluxos de intercâmbio. Assim, a centralidade manifesta-se nas representações simbólicas que ocorrem no centro.

Com efeito, o centro e a centralidade enquanto processos espaciais que se constituem ao longo de diversos momentos históricos de formação da cidade demandam que se leve em consideração a articulação entre tempo e espaço. É neste sentido que a noção de “Centro Histórico Tradicional”<sup>4</sup> ganha importância analítico-explicativa, uma vez que, a produção das formas espaciais da cidade e em particular, do seu Centro, bem como as funcionalidades que o compõem, requer que se compreendam os processos históricos que permeiam a produção do espaço da cidade.

Por sua vez, a denominação de “Centro Histórico Tradicional” pode parecer a *priori*, redundante, mas não é efetivamente, pois, todos os Centros urbanos são constituídos a partir de uma

---

<sup>4</sup> A compreensão do que seja “Tradicional”, enfatizado no respectivo artigo, não está associado ao mesmo sentido concebido por Le Goff (1990), para quem a noção de “tradicional” pode estar permeada de um sentido depreciativo e defasado de uma historiografia tradicional cuja construção se fez tendo por base um pensamento sincrônico e a-espacial. O sentido de Tradicional adotado aqui para o presente trabalho está associado a um conjunto de elementos econômicos, sociais, políticos e culturais, historicamente constituídos a partir de relações sociais materializadas num determinado território, cuja gênese e formação remonta a tempos históricos antigos, mas com intensa articulação com a realidade social atual.

formação histórica que pode remontar a tempos antigos ou a tempos recentes. A título de exemplificação tem-se o centro antigo da cidade de Belém, cuja gênese remonta aos primeiros momentos de formação da cidade. Têm-se também os centros de formação recente, como os Sub-centros de bairro, que se constituem em centros menores, com suas características e singularidades que precisam ser consideradas. Por outro lado, a denominação de “Centro Histórico”, em muitos casos definida a partir de parâmetros institucionais, tende a apresentar um caráter estritamente técnico fato que induz a uma série de reducionismos e “aprisionamentos” analíticos, além de uma certa subordinação do meio acadêmico em relação aos técnicos do aparelho estatal.

Diante da necessidade de se estabelecer maior precisão conceitual às análises acerca dos fragmentos de espaços que tem sofrido intenso processo de “revitalização” em Belém, bem como, a partir de discussões promovidas pelo grupo de pesquisa denominado “Reabilitação de áreas Centrais em Belém”<sup>5</sup> cunhou-se o termo “Centro Histórico Tradicional”, enquanto tentativa de caráter epistemológico e conceitual para se analisar singularidades da área Central de Belém.

#### IMAGENS E DISCURSOS SOBRE A “CIDADE MONUMENTA”

A compreensão das estratégias de gestão e de reapropriação de espaço que repercutiram na “revitalização” de São José Liberto, enquanto espaço munido de novas funcionalidades e de representações simbólicas, no denominado governo “Novo Pará” demanda a necessidade de abordarmos dois momentos, definidos por Rodrigues (2007), como “Idades ou Eras míticas”<sup>6</sup> : o “Tempo Luminoso” e o “Tempo de Trevas”.

O primeiro momento respectivamente remonta ao período colonial (século XVIII), época em que os Frades Franciscanos estabeleceram-se em Belém e passaram a usar as dependências do então Convento de São José para suas atividades. Nesta “Idade Mítica”, o olhar produzido pelo imaginário social sobre este espaço, consistia numa visão de “luzes”, de *locus* do sagrado (RODRIGUES, 2007).

Por sua vez, o “Tempo de Trevas”, foi marcado pelo período que perdurou os usos de São José Liberto, enquanto Cadeia Pública, a partir de 1843 e enquanto Presídio, de 1944 a 1999. Nesta era, os espaços de São José foram (re)funcionalizados, assumindo a condição de espaço degradado moral, ética e socialmente, pelo imaginário social constituído.

Os dias atuais retratam uma terceira “Idade Mítica”. Neste momento vivencia-se a “implosão da idade moderna da Feiúra” (ARANTES, 2000) e uma cooptação do “belo” para a órbita do mercado. Assim sendo, a imagem de centro de inovação que a lógica do capitalismo atual tem fabricado para o espaço São José Liberto, marca uma simbiose entre imagem e produto a ser mercantilizado no balcão da indústria cultural.

---

<sup>5</sup> O presente grupo de pesquisa filiado ao CNPQ é coordenado pelo prof<sup>o</sup> Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior.

<sup>6</sup> Para Le Goff (1990), Idades Míticas são tempos excepcionalmente felizes que se mostram como palco de cataclismos que modificam o rumo de uma cultura. O seu estudo consiste em abordagem das idéias sobre o tempo a história e as sociedades perfeitas, podendo ocorrer Idades Míticas nas origens dos tempos, seguindo-se um período de decadência, ou no final dos tempos, com o auge de uma trajetória de progresso.

Desse modo, para o caso do espaço São José Liberto, busca-se retomar o “Tempo Luminoso”, através da concepção de uma imagem de “fausto”, de vivências passadas, do “belo” enquanto lugar sagrado renascido para ser a “jóia”, em oposição ao “sujo” e o profano que constituía o imaginário social do período anterior à “revitalização” (RODRIGUES, 2007).

Desse modo, imagens do “Tempo de Trevas” são substituídas por imagens de espaço renascido, do período “pós-revitalização”; num jogo de imagens que ofusca e seduz o passante, conduzido à condição de mero espectador diante das novas ações promovidas pelo planejamento estratégico, que busca projetar uma imagem de “riqueza simbólica” da cidade, através da criação de simulacros culturais.

Projeta-se deste modo, São José Liberto enquanto espaço resignificado, como vitrine da cidade “paisagem-cultural” que o planejamento estratégico quer conceber para Belém. Arelada a esta perspectiva, a “revitalização” buscou associar aos novos formatos dos artefatos culturais, uma nova funcionalidade ao lugar.

Por sua vez, os discursos oficiais procuram enfatizar que a “revitalização” deste espaço apresentou um caráter “libertário” das formas e dos conteúdos do lugar em relação aos usos e significados anteriores, que reforçavam a idéia de “prisão”. Destarte, segundo tal discurso, o território da clausura e da morbidez cederia lugar a um novo cenário marcado pelo enaltecimento da “libertação” do lugar, antes configurado como palco das agruras do passado e que nos dias atuais refletiria um ambiente de “vitalidade” e “renascença” (RODRIGUES, 2007).

Subjaz aos respectivos discursos, ideologias que primam pela “reinvenção da cidade” através da fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço. Assim sendo, a “revitalização” do espaço São José Liberto é reveladora de estratégias de planejamento que tendem a fortalecer centralidades urbanas, ao mesmo tempo em que promovem a retração dos espaços públicos.

Dessa maneira, a cidade de Belém, a partir dos anos de 1990, revela-se a partir de imagens sobrepostas nas formas arquitetônicas e paisagísticas esculpidas ao longo dos diversos momentos históricos, que refletem relações econômicas, político-sociais, espaciais, bem como, representações simbólicas espacializadas neste território urbano.

“Cidade Monumental”, enaltecida nos discursos de poetas, arquitetos e urbanistas, Belém tem revelado paradoxos similares ao longo de vários períodos de sua história, pelo menos no que tange à imposição de dinâmicas diversas de reapropriação de espaço.

O período atual retrata uma cidade diversa em sentidos e metamorfoses, posto à ação pontual do Estado, que vem conduzindo uma dinâmica de reestruturação e de planificação urbana, segundo a qual, a cidade passa a ser pensada para o passante capitalizado, enquanto ao cidadão residente da periferia resta a condição de “cidadão invisibilizado” e desprovido de demandas sociais mínimas.

O Centro Histórico de Belém<sup>7</sup> revela em suas paisagens, aspectos pretéritos da memória e da história da cidade, exibida em edificações que remontam os tempos “áureos” do “ciclo da borracha”, período em que a elite belenense exibia com pompa, os produtos trazidos da Europa.

---

<sup>7</sup> O Centro histórico de Belém, tombado pela lei orgânica, passou a apresentar as seguintes delimitações: Conforme a Lei de Desenvolvimento Urbano (7.401 de 29 de Janeiro, de 1988), a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Marechal Hermes com a Avenida Assis de Vasconcelos; segue por esta até sua interseção com a Rua Gama Abreu;

O cenário atual, marcado por “as rugosidades” (SANTOS, 1996) apresenta-se enquanto possibilidade para a consolidação de estratégias de reestruturação produtiva do espaço urbano belenense posta a novas dinâmicas urbanas de competitividade, disseminadas a nível global e local. Assim sendo, o Estado enquanto indutor de dinâmicas, tem exercido centralidade na promoção de um urbanismo racionalizador condicionado a (re)valorização do patrimônio histórico da cidade.

A perspectiva de valorização do patrimônio da cidade parece trazer consigo uma tentativa de reificação de edificações de valor histórico, elevados à condição de expoentes principais dentro do contexto de políticas de planejamento que visam promover uma “imagem de cidade passível de ser consumida por turistas”(ARANTES, 2000).

A concepção destes fragmentos de espaços parece atender a um só tempo, às demandas de grupos sociais que almejam uma (re)valorização da cidade, como meio de usufruto dos benefícios econômicos, ao mesmo tempo em que promove a imagem de “modernidade”, visando atender também à indústria do turismo, setor da economia que busca lucratividade através da venda de uma imagem de cidade “exótica”, que alimenta o fetiche da “cidade-mercadoria”.

É nesse sentido que as estratégias de gestão e reapropriação empreendidas para os espaços “revitalizados” São José Liberto, Mangal das Garças, Estação das Docas e Complexo Feliz Luzitânia vão atuar no sentido da configuração dos mesmos, como espaços standardizados pelos veículos de *city Marketing* financiados pelo aparelho estatal com vias à venda de uma imagem de cidade glamorosa e sedutora.

A respeito do pensamento formalizador dos planejamentos e das gestões empreendidos em Belém, Marin & Chaves afirmam que:

[...] os cortiços e as baixadas, [...] apesar de terem sido durante muitos anos o objeto preferencial das estratégias de planejamento, preocupadas com a salubridade de uma cidade no trópico, permanecem literalmente mergulhadas na miséria, condenadas pela esterilidade dessas mesmas estratégias (MARIN & CHAVES, 1997, p. 423).

Neste sentido, as paisagens dos bairros periféricos, assim como alguns espaços do entorno das áreas centrais da Grande Belém revelam o paradoxo de uma cidade que foi “esquecida”, relegada a segundo plano dentro do contexto das políticas de planejamento e gestão concebidas e implementadas pelo poder público, que privilegiam e centralizam suas ações em alguns fragmentos de espaços do centro da cidade.

A despeito das práticas de intervenção urbanística para o Centro Histórico tradicional de Belém, o Espaço São José Liberto parece oscilar entre a mais recente “modernidade” e os tempos

---

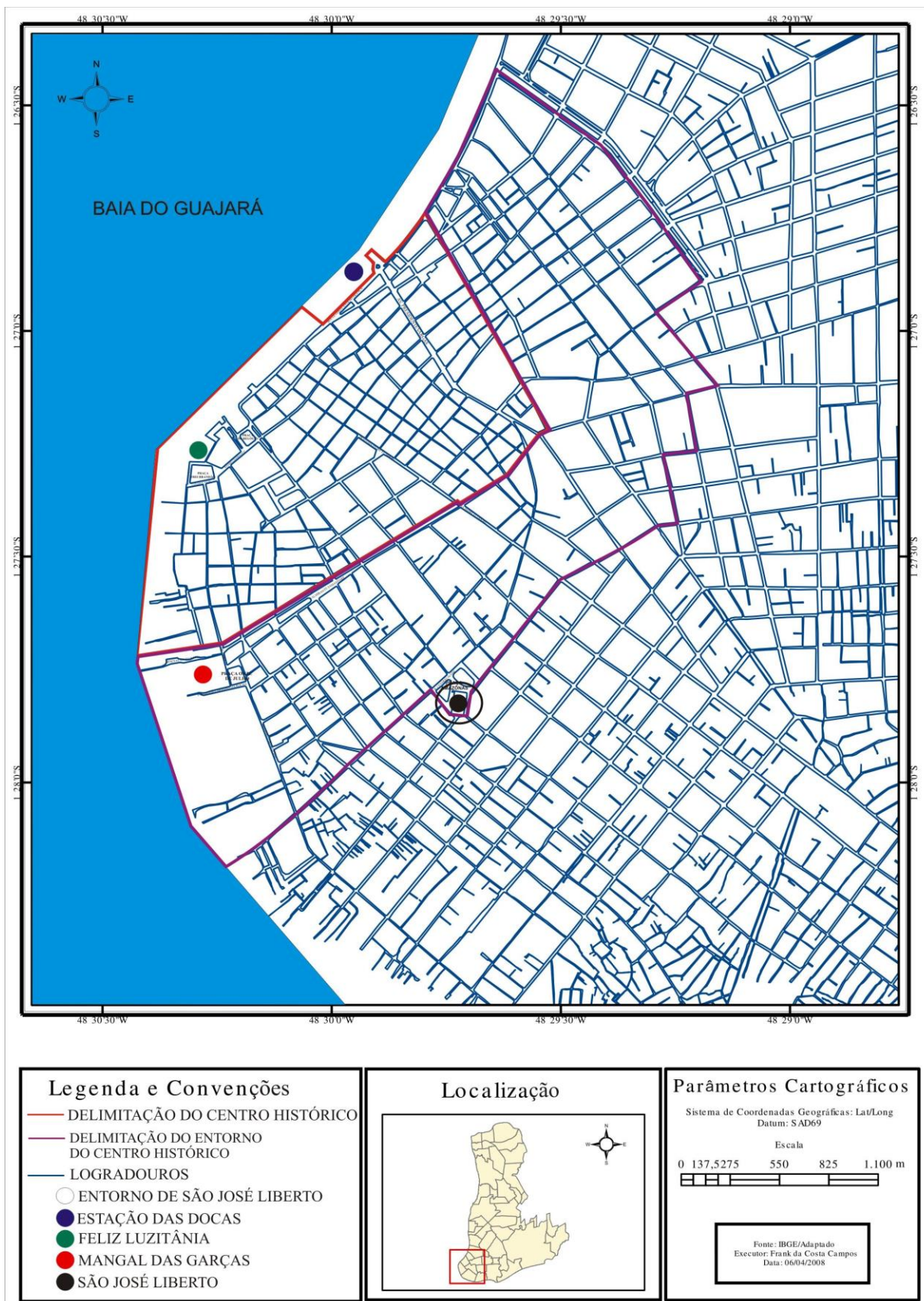
segue por esta até sua interseção com a Avenida Almirante Tamandaré; segue por esta até o ponto de coordenadas 777.545mE e 9.838.245mN, nas margens da Baía do Guajará; dobra à direita e segue, continuando às margens da Baía do Guajará até o ponto das coordenadas 778.940mE e 9.841.245mN, localizados na foz de um igarapé sem denominação; sobe por este até sua interseção com o prolongamento da Avenida Marechal Hermes; dobra À direita e segue por esta até o início da poligonal (RODRIGUES, 2007)



“arcaicos” da capital do Estado do Grão-Pará, revelando as várias rugosidades e contradições de uma metrópole contraditória e paradoxal.

#### A GESTÃO ESTATAL E AS NOVAS FORMAS-CONTEÚDO EM BELÉM.

Localizados na Orla Fluvial de Belém, na área circunscrita como Centro Histórico Tradicional, Estação das Docas e Complexo Feliz Luzitânia, constituem-se em fragmentos de espaços metropolitanos, “revitalizados” a partir de concepções urbanísticas baseadas primordialmente na valorização da natureza e da memória. Nesses espaços, o “rio” enquanto componente da paisagem a ser contemplada apresenta centralidade como elemento constituinte de uma perspectiva de (re)significação de espaço que tem como estratégia, o fortalecimento da “imagem de cidade ribeirinha” (RODRIGUES, 2007).



Por sua vez, enquanto fragmento territorial urbano localizado dentro dos limites do Centro Histórico Tradicional; São José liberto possui certa singularidade em relação aos demais fragmentos metropolitanos, a começar por sua localização, afastada da Orla fluvial de Belém. Este fragmento de espaço apresenta ainda, uma perspectiva de (re)significação cujo elemento cultural configura-se como variável primordial dentro do processo de “naturalização” e de legitimação das intervenções urbanísticas.

Não obstante, esse fragmento de espaço, enquanto parte de uma totalidade articulada ao tecido urbano de Belém, possui uma centralidade que se manifesta no exercício de certo poder atrativo, materializado e (re)definido a partir novas formas, funcionalidades, bem como de novos fluxos de serviços e pessoas.

Essas novas dinâmicas urbanas, baseadas em estratégias de gestão e reapropriação de espaço promoveram São José Liberto à condição de espaço composto de múltiplas funcionalidades, a saber, o de Centro Cultural, espaço de lazer, espaço de atividades comerciais e de serviços, com vias a atender demandas diferenciadas de grupos sociais. Assim sendo, o respectivo fragmento de espaço revela em suas paisagens socialmente construídas, a atuação de uma estratégia de reestruturação produtiva, segundo a qual, o remodelamento é condição para a consolidação das novas forças econômicas no âmbito do espaço metropolitano.

Localizado entre as ruas 15 de Novembro e Osvaldo de Caldas Brito, no Centro Histórico Tradicional<sup>8</sup> (CHT) de Belém, o espaço São José Liberto constitui-se em um híbrido de formas espaciais, cuja estética parece mesclar elementos culturais locais, com elementos estéticos extra-locais.

Internamente, o respectivo espaço subdivide-se da seguinte maneira: Capela São José Liberto, onde são efetuados eventos musicais como o projeto “Timbres”, organizado pela TV Cultura do Pará, durante as terças-feiras. Este projeto apresenta como atrações, cantores e músicos locais. O Memorial da Cela “Cinzeiro” é outro espaço interno resignificado pelo projeto de “revitalização”. Este espaço

---

<sup>8</sup> Para efeito do presente artigo definiu-se o Centro Histórico Tradicional (CHT) de Belém a partir de uma composição entre elementos institucionais (a saber, a área composta pelo Centro Histórico de Belém, juntamente com o entorno do Centro Histórico, de acordo com a lei Ordinária nº 7.709, de 18 de Maio de 1994, presente na Lei de Desenvolvimento Urbano do município de Belém) e elementos empíricos que tendem a revelar algumas tendências de apropriação e uso do solo, como a presença de ações de caráter urbanístico empreendidas pela gestão governamental. Neste sentido, o CHT de Belém compreende a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Marechal Hermes com a Travessa Visconde de Souza Franco; segue por esta até Rua Boaventura da Silva; dobra à direita e segue por esta até na interseção com a Travessa Quintino Bocaiúva; dobra à esquerda e segue por esta até sua interseção com a Avenida Nazaré; dobra à direita e segue por esta até sua interseção com a Travessa Rui Barbosa; dobra à esquerda e segue por esta até sua interseção com a Avenida Comandante Braz de Aguiar; dobra à direita e segue por esta até sua interseção com a Travessa Benjamim Constant; dobra à esquerda e segue por esta até sua interseção com a Avenida Conselheiro Furtado; dobra à direita e segue por esta até sua interseção com a Praça Amazonas contorna a Praça, incluindo-a nos limites da poligonal até sua interseção com a Rua Arcipreste Manoel Teodoro; dobra à esquerda e segue por esta até sua interseção com a Rua Cesário Alvim, segue por esta até a Baía do Guajará, dobra à direita e segue, continuando às margens da Baía do Guajará até o ponto de coordenadas 777.545mE e 9.838.245mN, nas margens da Baía do Guajará; dobra à direita e segue por uma reta imaginária até a Avenida Almirante Tamandaré; segue por esta até sua interseção com a Rua Gama Abreu; segue por esta até sua interseção com a Avenida Assis de Vasconcelos; segue por esta até sua interseção com a Avenida Marechal Hermes; dobra à direita e segue por até o início da poligonal. O mapa, na página 12 permite visualizar a composição do que se entende por Centro Histórico Tradicional (CHT) de Belém.

apresenta imagens que buscam contar a história do antigo Presídio de São José, como fotos, além de diversos instrumentos (armas) utilizadas pelos presidiários, ao longo das diversas rebeliões ocorridas no local.

O Museu de gemas e Jóias do Pará é outro espaço interno de São José Liberto que tende a promover uma imagem “exótica” onde se promove a exibição de pedras preciosas, semi-preciosas, com vias à atração de visitantes no local.

Por sua vez, o Jardim da Liberdade, talvez se constitua no espaço mais emblemático do ponto de vista da (re)significação de seu espaço, transformado de pátio do presídio São José, em espaço de contemplação de uma estética que se utiliza de materiais sofisticados para criar um ambiente de “explendor” e beleza, enquanto caminho para a valorização do espaço.

As ilhas de produção, composta da Oficina de Jóias e das lojas de vendas são partes internas de São José Liberto que também passaram a ter sua funcionalidade redefinida com a instauração de atividades comerciais. Finalmente, o Coliseu de Artes, composto pela Casa do Artesão e pelo Anfiteatro é outro fragmento de espaço que apresenta formas e funcionalidades redefinidas. O uso de matérias-primas regionais associadas à implantação de ambiente sofisticado e climatizado, além de inúmeras atividades culturais que são desenvolvidas em espaços como o Anfiteatro revelam novas formas de uso e apropriação deste espaço por atores sociais diversos.

A descrição do respectivo fragmento de espaço efetuada acima revela uma tendência ao estabelecimento e consolidação de um paradigma competitivo pautado na “guerra dos lugares” que tem a “revitalização” de São José Liberto, como forma e instrumento para a implantação de novas matrizes urbanísticas, baseadas na idéia de progresso a ser alcançado a partir da inserção de novos artefatos da tecnociência, e na possibilidade de conceber uma imagem de inovação das formas espaciais, e de uma nova funcionalidade para o lugar.

Subjaz a esse discurso, interesses geopolíticos que buscam, a partir da intensificação do uso de instrumentos de *marketing urbano*, o alcance da legitimidade para as intervenções urbanas a serem realizadas.

Por sua vez, um comparativo entre as paisagens “revitalizadas” do espaço São José Liberto, e as paisagens urbanas de algumas áreas do seu entorno imediato<sup>9</sup>, como a Rua Osvaldo de Caldas Brito, revelam um paradoxo, no que tange a condições infra-estruturais, posto que, tais espaços que margeiam o respectivo projeto de “revitalização” continuam reproduzindo-se à “margem” de políticas de gestão urbana, fato que tem repercutido na precariedade do ordenamento territorial e na falta de atendimento a outras demandas sociais de cidadãos residentes no lugar.

Com efeito, a “reinvenção da cidade”, a partir da proliferação de processos de reabilitação de áreas centrais concebidas pelo planejamento e a gestão urbana, empreendida pelo Governo do Estado do Pará abre caminho para uma importante indagação: Que tratamento foi reservado à cultura, à história e à memória da sociedade local, neste projeto arquitetônico?

---

<sup>9</sup> O entorno imediato do espaço São José Liberto é delimitado neste trabalho, como a área que circunscreve ao raio de 100m de circunferência do espaço em questão.

## ESPAÇO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE

A análise do espaço público, enquanto *locus* de intervenções urbanísticas e de resignificação de conteúdos sociais empreendidos para Estação das Docas, Complexo Feliz Luzitânia, Mangal das Garças e São José Liberto, demanda o entendimento das estratégias e das ações concebidas pelo poder público. Para tanto, convém inicialmente, definir o que se entende por espaço público.

A esse respeito, Gomes (2002) afirma que o espaço público é o lugar do encontro, de sociabilidades diversas, compreende um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais, sendo também, uma extensão física, uma entidade geográfica e um dispositivo essencial para o funcionamento da democracia.

A retração física deste espaço, por sua vez, significa uma perda de conteúdo democrático dentro de uma sociedade, visto que, a vida democrática depende da existência e do funcionamento dos espaços públicos. Vale ressaltar ainda o caráter de representação simbólica que permeia a noção de público (GOMES, 2004).

Ainda segundo Gomes (2004) o espaço público compreende o *locus* do respeito à alteridade, da equivalência entre indivíduos, da reunião de um universo quase infinito de diferenças próprio às pessoas que aí habitam e que encontram como forma de conviver, o estabelecimento de acordos. É neste sentido que:

O espaço público é o lugar da vivência da liberdade, o lugar da discussão e o lugar onde se forja uma linguagem que a exprime. Uma condição fundamental para que essa comunicação se faça é, pois, a existência desse espaço de coabitação, de encontro e de diálogo (GOMES, 2004, p.252).

O espaço público é assim, um espaço fundamental para o desenvolvimento da vida urbana moderna, detentor de um estatuto particular, onde os comportamentos podem ser lidos como uma linguagem, como uma forma urbana de comunicação. É também, lugar de muitas tensões e onde se pratica o exercício da tolerância e dos limites de determinados comportamentos que se apresentam quase que cotidianamente.

No contexto de produção do espaço da cidade, a partir do momento em que as leis do mercado (que dominam a esfera dos negócios e do trabalho) penetram também na vida privada dos indivíduos, reunidos artificialmente em um espaço público, a capacidade de julgamento e a comunicação pública tende a perder em coerência e dissolver-se em estereótipos para o consumo individual (SERPA, 2004).

Por sua vez, a cidadania é definida por Gomes (2002) como um pacto associativo e formal que pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo num determinado território. Assim sendo, a coabitação dos indivíduos neste território é objeto de um pacto formal, que instaura limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza as interdições.

Ainda para Gomes (2002), este tipo de território normatizado é a matriz do espaço público e o principal *locus* de reprodução da vida coletiva. Dessa maneira, toda ação social que pretenda subverter a existência deste tipo de espaço ou transformar seu estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde a um recuo do contrato inicial que funda a cidadania.

A atual dinâmica do espaço público metropolitano apresenta algumas tendências quais sejam: a apropriação privada dos espaços públicos; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social; o crescimento de “ilhas utópicas” (GOMES, 2002). Estas tendências tendem a promover a subversão da idéia de cidadania, ao redefinir constantemente o papel dos espaços públicos.

Neste sentido, deforma-se a condição do que é público, à medida em tal espaço tende a atender aos detentores de demanda solvável. Assim, de lugar principal de manifestação do exercício da cidadania e da vida coletiva, o espaço público passa a exercer cada vez mais a função de espaço para a manifestação de simulacros da condição de cidadania.

Sob a ascensão deste projeto de cidade, Gomes (2002) afirma que, as novas formas e funcionalidades empreendidas para aos espaços públicos de cidades brasileiras tem contribuído para a construção de uma cidade fragmentada, uma vez que, tais processos tendem a contribuir para a construção de simulacros do consumo e do convívio. Ainda segundo o mesmo autor:

Os limites do respeito às regras e a possibilidade de coabitação e convivência social são correlacionados aos níveis de renda que permitem o acesso a este tipo de espaço controlado, limpo e regulado, que se opõe figurativamente ao verdadeiro espaço [...] público, aberto e inseguro, sujo e anárquico (GOMES, 2002, p.187).

Vivencia-se nos dias atuais uma tendência à negação do estatuto de espaço público, como *locus* de representação do confronto de idéias, de respeito às alteridades, de encontro das diferenças, uma vez que estes espaços vêm sendo solapados pela imposição de uma lógica capitalista, que busca através de um discurso homogeneizador, definir novos usos e novas representações simbólicas para a cidade.

Dentro dessa perspectiva, fragmentos de cidade concebidos enquanto espaços públicos vêm apresentando intensas mudanças no que tange a redefinição de uma lógica de acessibilidade. A esse respeito, convém neste momento, fazer uma breve distinção entre os conceitos “diferente” e “desigual” para efeito de que se possa definir a acessibilidade dos espaços públicos, manifestos nos arremedos da cidade moderna.

Neste sentido, Haesbaert (1997) afirma que; enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório e hierárquico, que permita uma comparação global; a diferença apresenta-se no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que esta se manifesta quando confrontada com outra identidade.

Assim, o “desigual” pressupõe uma abordagem que define parâmetros de hierarquia econômico-social, ao passo que o “diferente” atrela-se a uma perspectiva de análise baseada na

alteridade. No entanto, a alteridade pode manifestar hierarquização, quando confrontada com a identidade social, podendo apresentar uma dimensão de classe repercutindo numa redefinição da acessibilidade. Neste sentido,

A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo ‘desigual’ e ‘diferente’. Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, ‘hierárquica’ (SERPA, 2004, p.26).

Nesse contexto, de manifestação da acessibilidade hierárquica ao espaço público, o “capital simbólico” e os modos de consumo afloram como aspectos definidores do processo de apropriação sócio-espacial, demarcando territórios identitários e fortalecendo a dominação e a “privatização” de espaços públicos urbanos. A esse respeito Serpa afirma que:

No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica (SERPA, 2004, p. 26).

Para o caso dos fragmentos de espaço São José Liberto, as estratégias de gestão e reapropriação de espaços empreendidas pelo governo do Estado do Pará para este *locus*, tenderam a configurar uma acessibilidade desigual, concebida a partir da influência de grupos dotados de capital simbólico e de poder de consumo. Dessa maneira, promove-se a fragmentação do projeto de cidade democrática, visto que as regras de convivência social, cada vez mais, passam a estarem associadas à idéia de rentabilidade e a uma regulação que seleciona o consumidor e segrega o “cidadão” desprovido de capital escolar e com reduzido poder aquisitivo.

As conceituações, significados e discussões acerca do espaço público apresentadas aqui se fazem necessárias num momento em que fragmentos de espaços centrais da cidade de Belém, concebidos enquanto espaços metropolitanos “revitalizados” passam a configurar-se como produto e condição de um acelerado processo de resignificação e gentrificação sócio-espacial promovido por parte da gestão estadual.

Nessas circunstâncias, aflora-se por intermédio dos instrumentos de *marketing urbano* uma tendência discursiva que visa defini-los como espaço público dotado de sociabilidades. Não obstante, as regras de uso, os novos fluxos, bem como as definições funcionais do respectivo *locus* revelam uma dinâmica de consolidação de espaço coletivo, de característica essencialmente privatista.

Dentro desse contexto de “multiculturalismo turístico” configurado pelo poder público para a cidade de Belém, reproduz-se territórios dotados de um novo valor de uso, ao mesmo tempo em que se renovam e se consolidam também os valores substância e quantidade de valor. Em razão disso subverte-se a função social do espaço público tornando-o produto de consumo para turistas, bem como para alguns grupos sociais com elevados níveis de solvabilidade.

Neste sentido, convém destacar o papel que vem sendo desempenhado pelo poder público local no que tange à busca de legitimidade para as intervenções urbanísticas. Assim sendo, a referida gestão procurou fazer uso de instrumentos de propaganda, a partir de um aparato discursivo que apresenta estes fragmentos metropolitanos como espaços públicos de livre acessibilidade a todos os cidadãos. Subjacente a tais discursos a definição de regras de regulação, controle e uso destes territórios associados ao nível de renda evidenciam a negação do que se entende enquanto espaço público.

Por outro lado, o processo de “revitalização” empreendido para o respectivo fragmento de espaço da metrópole paraense constitui-se em uma perspectiva de pensar a cidade que tem como prioridade a possibilidade de se promover o fortalecimento e a consolidação de novas centralidades associadas à parceria público-privado.

Dessa maneira, a opção da gestão estatal por essa estratégia de intervenção pontual evidencia o caráter marginal a que têm sido relegadas as demandas da maioria dos cidadãos da periferia da grande Belém, ao mesmo tempo em que revela a quebra do pacto associativo e formal imposto pela condição de exercício da “cidadania”, que pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo num determinado território.

Da forma como foi concebido, os espaços multiculturais e multifuncionais (São José Liberto, Estação das Docas, Mangal das Garças) tendem a fortalecer identidades territoriais, uma vez que, as formas arquitetônicas, bem como, os elementos estético-culturais presentes neste empreendimento urbanístico, constituem-se em produtos resignificados a partir de alguns valores identitários locais atrelados a padrões estético-funcionais mundializantes, visando ao atendimento de determinados públicos.

Desse modo, verifica-se que as estratégias de gestão e reapropriação empreendidas para as respectivas áreas centrais em Belém tenderam a transformar estes “espaços públicos” em *locus* de imagens e de representações simbólicas que refletem um projeto hegemônico, concebido enquanto estratégia que visa fortalecer a idéia de uma identidade social una, a ser internalizada por parte dos cidadãos/visitantes.

Ainda dentro desse viés compreensivo, São José Liberto, representa uma negação do estatuto de espaço público, compreendido como lugar de manifestação da ação política, uma vez que, as funcionalidades a que estão condicionados os respectivos fragmentos de espaços vão de encontro à representação do público enquanto espaço do encontro, do respeito à alteridade, do confronto de diferentes idéias e ações, bem como da livre acessibilidade. Nesse sentido, a definição de horários de funcionamento se constitui em elemento emblemático de definição das novas estratégias de gestão e controle social.

Por sua vez, as estratégias de “revitalização” para os mesmos fragmentos de áreas centrais têm primado pelo “resgate” de imagens que refletem tempos passados ou mesmo criados por tradições imaginadas, cuja função estratégica consiste na promoção de “idéias fora do lugar” e na redefinição uma acessibilidade restrita.

Assim, percebe-se um recuo do projeto de espaço público, enquanto *locus* do exercício da cidadania plena, posto que, no respectivo espaço há um sistema de normatizações que regula a



circulação de passantes em alguns de seus fragmentos de espaço. Por sua vez, evidencia-se em São José Liberto, aspectos da esfera privada da sociedade, como ocorre no caso do Museu de Gemas e Jóias, cujo fluxo de pessoas demanda o pagamento de um ingresso com valor em dinheiro.

A partir da análise do respectivo espaço, percebe-se também nesse *locus*, que a conotação política de espaço público, enquanto lugar da ação tem sido abandonado em nome de uma construção “social” que tende a interditar ações que dêem impulso a mudanças de conteúdos sociais, ao mesmo tempo em que se promove a internalização de valores identitários, baseados no “coroamento” de estratégias segregacionistas de “revitalização” urbana.

Com efeito, as estratégias de planejamento e gestão implementadas pelo Governo do “Novo Pará” reafirmam o projeto de cidade fragmentada, palco onde as desigualdades e diferenças afloram por intermédio de políticas públicas que privilegiam o centro e a centralidade na cidade, bem como, uma pequena parcela da população belenense, cujo processo de resignificação primou por contemplar; em detrimento dos espaços periféricos e suas populações “marginais”, quase sempre impossibilitadas de exercer o seu “direito à cidade” porque segregadas das condições mínimas de usufruto da cidadania plena.

Diante dessas circunstâncias, torna-se necessária uma reflexão profunda acerca das práticas de gestão e de reapropriação empreendidas para espaços centrais metropolitanos, de maneira a se promover políticas públicas que possam estar comprometidas com a edificação de verdadeiros espaços públicos, onde os interesses da maioria dos cidadãos possam ser manifestados e reafirmados, de modo que, o direito à cidade seja também usufruto dos cidadãos da periferia. Propõe-se aqui uma inversão na lógica de planificação da cidade, de maneira a concebê-la a partir da periferia, entendida aqui como “espaço vivido”, dotado de um conteúdo insurgente. Esta perspectiva constitui-se em condição e meio para a reafirmação de valores e demandas cotidianas “invisibilizadas”, passo primordial para a construção de uma sociedade com qualidade de vida e justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de novas centralidades urbanas manifestas por intermédio das políticas de “revitalização” de espaços; como São José Liberto, Estação das Docas, Complexo Feliz Luzitânia e Mangal das Garças; promoveram a resignificação destes espaços, dotando-os de novas formas e novos usos, de maneira a atender à lógica do capitalismo contemporâneo, amparado no “desenvolvimento” da indústria do turismo na região.

Neste contexto de planificação adotado para Belém, pelo Governo do “Novo Pará”, os espaços reapropriados do centro histórico e entorno foram dotados de novas imagens que visam fortalecer no imaginário social da população, um “ideal de felicidade da cidade ribeirinha” revelada através do “resgate” da história e da memória de um passado de “fausto” que outrora “existiu”, e que se quer retomar, num jogo de imagens signicas entre passado e presente, entre belo e feio, entre sedução e aversão.

Por sua vez, o discurso da cidade “decadente” apresentou-se enquanto instrumento de promoção da legitimidade para as intervenções urbanísticas empreendidas pelo governo. Nestes discursos, Belém é vista como lugar em “declínio”, que necessita retomar os tempos “áureos” da cidade colonial, dos tempos da Belle Époque. Subjacente a tais discursos encontram-se concepções urbanísticas idiossincráticas, de planejadores que projetam uma idéia de cidade a partir de seu ponto de vista, de suas vivências e relações sociais, não levando em consideração a diversidade social existente no espaço urbano da cidade, nem os anseios da grande maioria da população residente na periferia.

Promove-se dessa forma, “a cidade paradoxo da modernidade” da qual nos fala (MARIN & CHAVES, 1997), imagem distorcida de espaço democrático, que mascara a face da segregação sócio-espacial, revelada nas paisagens urbanas da periferia da grande Belém.

Assim sendo, a cidade de Belém, no contexto da modernidade ou pós-modernidade, concebido pelo planejamento estratégico “levanta-se” no presente, através de imagens e discursos que “resgatam” o passado de “glória” do centro histórico, transfigurado em “cidade espetáculo”, enquanto a periferia reproduz o “espetáculo da pobreza insólita” que insiste em prevalecer no cotidiano dos moradores da periferia, que assistem ao espetáculo do “desenvolvimento urbano”, banidos da cidade e do direito à cidade.

Nessas condições, “o espaço público” enquanto *locus* do encontro e da ação política transforma-se em espaço de contemplação da “cidade-mercadoria” que é comercializada pelas gestões estatais, bem como, pela indústria cultural. Esta perspectiva de pensar a cidade e o urbano fomenta o coroamento de estratégias segregacionistas que vêem a cidade como espaço da homogeneidade social, desconsiderando as particularidades cotidianas que norteiam a vida urbana da maioria dos moradores de Belém.

Com efeito, diante das políticas de planejamento e gestão empreendidos pelo governo do Estado, baseadas num projeto segregacionista que tende a conceber o espaço público enquanto *locus* de produção da mais-valia, torna-se necessário pensar em estratégias de planejamento mais inclusivas, que permitam maior participação popular no processo de tomada de decisão, e que possam inverter a lógica de exclusão social vivenciada pela maioria da população da grande Belém, de maneira a se promover o fortalecimento de uma sociedade urbana mais justa e democrática.

## Referências

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C. ; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Editora Ática, 1995.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. **O silêncio das cidades**: Os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. CIDADES: Revista científica. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARIN, Rosa Acevedo & CHAVES, Ernani P. Imagens de Belém, Paradoxo da Modernidade e Cultura na Amazônia. In: **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável** (Uma contribuição para a Amazônia 21), XIMENES, Tereza (org), Belém, 1997.

RODRIGUES, J. C. **Nova Imagem, Novos Discursos para a “revitalização” de São José Liberto, Belém**. (Monografia de especialização), Belém, NAEA, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova** (1ª ed., 1978). 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, Ângelo. **Espaço público e acessibilidade**: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP, espaço e tempo, n° 15, pp. 21-37, São Paulo, 2004.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s/n], 2001, p. 609-643.

TOURINHO, Andréia de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente, In: **Geografia das metrópoles**. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). São Paulo: Contexto, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.